

Programa para indústria mira inovação e reacende temor fiscal

Conjuntura Sob críticas por retomada de práticas antigas, governo propõe modernizar setor; falta de clareza em alguns pontos preocupa

Nova política industrial tem R\$ 300 bi e algumas dúvidas

Murilo Camarotto, Renan Truffi e Fabio Murakawa De Brasília

A nova política industrial do governo, anunciada nesta segunda-feira (22), prevê cerca de R\$ 300 bilhões em aportes até 2026, via financiamento, subsídios e participação acionária em projetos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice, Geraldo Alckmin, disseram que o valor é suficiente para modernizar o parque fabril. Empresários presentes na solenidade viram apenas "um bom começo".

As medidas foram alvo de críticas e elogios. Economistas disseram que é um bom ponto de partida para incentivar setores da economia nacional. Mas houve quem criticasse a repetição de fórmulas antigas que não funcionaram em gestões anteriores do PT, como prioridade a conteúdo nacional em compras públicas — fator que pode afastar o país das cadeias globais de produção — e falta de metas claras (ver reportagem abaixo). O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, negou que o governo esteja retomando a política de campeões nacionais os primeiros governos Lula. "Não vamos escolher parceiros", disse. O mercado financeiro reagiu com cautela ao anúncio. O dólar subiu e a bolsa fechou em baixa (ver página C2).

Não ficou claro também se haverá ou não uso do dinheiro público para subsidiar parte da nova política, o que colocaria em xeque as regras fiscais. Mercadante sinalizou que a parte do BNDES seria financiada a partir de funding próprio, mas não foi explícito. Dos R\$ 300 bilhões previstos, R\$ 271 bilhões são créditos não reembolsáveis e R\$ 8 bilhões em aportes diretos nas empresas, para compensações, explicou.



Lula com Alckmin e Esther Dweck: presidente teria se irritado com metas 'frouxas'

Batizado de "Mais Produção", o plano foi dividido em quatro eixos: Inovação, Exportação, Produtividade e Descarbonização. A maior parte dos recursos, cerca de R\$ 250 bilhões, será disponibilizada pelo BNDES, ficando o restante sob a gestão da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação (Embrapii).

As políticas de incremento da produtividade industrial receberão a maior parte dos recursos: R\$ 182 bilhões. O pacote prevê linhas de crédito do BNDES com taxas a partir de 5,5% ao ano. Também estão contemplados um programa de expansão de banda larga e outro para digitalização de 90 mil pequenas e médias empresas industriais.

O eixo de Inovação terá R\$ 66 bilhões. Nesse caso, as linhas cobrarão a TR (Taxa Referencial). Segundo Alckmin, o instrumento "equaciona" a questão do financiamento à inovação na indústria. "Eu diria que a questão do financiamento

para pesquisa e inovação está bem equacionada, porque é TR, que não passa de 5% ao ano", disse.

Alckmin, que acumula o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, lembrou que o eixo de inovação tem também uma fatia de recursos da Finep que não são reembolsáveis, ou seja, aportes a fundo perdido.

A política de subsídios ao setor produtivo, sobretudo por meio do BNDES, foi alvo de questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) nas gestões anteriores do PT. Apesar disso, o governo segue defendendo a medida, tida como essencial para garantir a

"O problema não acaba, ele começa aqui. Temos três anos pela frente"
Lula

competitividade da indústria, e cita experiências internacionais no mesmo sentido.

O apoio à exportação ficou com R\$ 40 bilhões. As linhas do BNDES pré e pós-embarque de bens serão remuneradas pela TLP (Taxa de Longo Prazo), pela Selic e taxas ligadas ao Tesouro dos EUA.

Mercadante aproveitou a ocasião para pedir autorização do Congresso para que a instituição volte a financiar serviços no exterior, operação que foi encerrada após a Lava-Jato. "Perdemos a engenharia nacional e, se não exportarmos serviço, não teremos competitividade de escala", disse.

Por fim, o eixo de descarbonização terá R\$ 12 bilhões em recursos do Fundo Clima — sob gestão do BNDES. Os projetos industriais enquadrados nessa categoria terão acesso a linhas de financiamento com taxas a partir de 6,15% ao ano. Também está previsto um fundo para investimento em minerais críticos, caso do lítio, usado na produção de baterias de veículos elétricos. O banco deve ter participação acionária nesses projetos, tidos como estratégicos para o país.

Além dos empréstimos e aportes, o governo liberou R\$ 3,4 bilhões em incentivos fiscais para a renovação do parque fabril. Alckmin anunciou a depreciação acelerada como uma das medidas "mais efetivas" da nova política industrial. Pelas regras, a empresa que decidir trocar os equipamentos após dois anos de uso terá redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Um dos últimos a falar, Lula elogiou as medidas anunciadas, mas disse aos ministros que eles serão cobrados a tirá-las do papel. O presidente chegou quase uma hora depois do horário marcado para o início da reunião e disse que o atraso se deveu a

Nova Indústria Brasil

Governo lança política de estímulo ao setor industrial

Total em financiamentos
R\$ 300 milhões

Indústria inovadora

Mais inovação	R\$ 60 bi para inovação a TR +2% ao ano
Depreciação acelerada	R\$ 3,4 bi para modernizar máquinas e equipamentos
Brasil mais produtivo	R\$ 2 bi para transformação digital de micros, pequenas e médias empresas
Regime Especial da Indústria Química (REIQ)	R\$ 1,5 bi em benefícios tributários
Registro de Patentes	Envio de PL para reduzir prazo de 6,9 anos para 2 anos

Indústria sustentável

Agricultura familiar	R\$ 20 bi para compra de equipamentos
Novo Padiis	R\$ 2,1 bi em isenção tributária para setor de semicondutores e placas fotolitográficas
Mover	R\$ 19,3 bi para frota automotiva sustentável e novas tecnologia em mobilidade e logística
Biodiesel	Antecipar calendário de mistura do biodiesel ao diesel
Etanol	PL eleva mistura à gasolina de 27% para 30%

Indústria competitiva

Debêntures de infraestrutura	Redução de 30% da base de cálculo do IR e da CSLL
Letras de crédito	Envio de PL para criar instrumento de captação via BNDES
Ex-Tarifários	Novas regras para bens de capital elegíveis à isenção de imposto de importação

Indústria exportadora

Crédito à exportação	Elevação da verba disponível pelo BNDES
Proex	Aumento de R\$ 600 mi a R\$ 1,3 bi no limite de faturamento anual para empresas elegíveis
BNDES/Exim	Envio de PL para viabilizar estímulo à exportação de serviços

Foto: M&S

uma "discussão ruim" com o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

"O problema não acaba aqui, ele começa aqui. Temos três anos pela frente e o objetivo aqui é, ao fim desses três anos, a gente ter uma coisa concreta", disse o presidente. Segundo o Valor apurou, Lula teria ficado insatisfeito com a falta de metas mais claras.

O presidente afirmou que os R\$ 300 bilhões resolvem o problema de financiamento à modernização industrial. "Nosso problema era dinheiro, e se dinheiro não é mais problema, então temos que resolver as coisas com muito mais facilidade", afirmou. Ele pediu que

os empresários brasileiros "acreditem um pouco mais no Brasil".

Presente à solenidade, o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Leonardo de Castro, disse que os R\$ 300 bilhões são "um bom começo" e citou cifras maiores disponibilizadas por países desenvolvidos.

Ele criticou suposta influência ideológica sobre o modelo de desenvolvimento do país. "Não podemos mais manter uma ilusão ideológica que em nada ajuda o Brasil. Precisamos ter sinceridade e reconhecer que, nos últimos 40 anos, o Brasil foi o país que mais perdeu no concerto das nações", afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 5